

Rainhas do lar e damas de ferro

Com divórcio em alta, percentual de mulheres à frente da família cresce 30% em dez anos

A dupla jornada deixa de ser, aos poucos, a grande preocupação das mulheres que integram o mercado de trabalho. Além de conciliar as obrigações profissionais com os afazeres domésticos, um número maior delas tem sobre as costas, ainda, a responsabilidade pela família. A Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE mostra que, entre 1993 e 2003, aumentou de 22,3% para 28,8% (alta aproximada de 30%) o número de famílias que têm como referência a figura feminina, que hoje somam 15,2 milhões de núcleos.

O dado seria apenas um indicador da tendência das famílias, reforçada pelas conquistas das mulheres, inclusive a do direito de se divorciar - o índice de divórcios passou de 1,1 para 1,3 por mil pessoas em dez anos. No entanto, o orçamento desses núcleos reflete a desigualdade do mercado de trabalho com o segmento feminino. O salário delas é 30% menor, embora tenham um ano a mais de estu-

do do que os homens. O resultado é que 31,2% das famílias com chefes mulheres sem cônjuge possuem renda per capita inferior a meio salário mínimo, contra 24,6%, na média nacional.

A doméstica Maria Cristina Ananias, de 44 anos, é financeiramente responsável pela família desde a separação, quando passou a pagar sozinha R\$ 220 de aluguel e R\$ 200 de contas, além de gasto médio de R\$ 300 com a filha Ana Paula, de oito anos.

- Uma mulher separada acaba arcando com a criação dos filhos. Todo meu salário vai para o pagamento de contas - disse.

A secretária Cirley Freitas, de 42, também paga sozinha as despesas familiares. Viúva, ela ganha uma pensão do INSS que ajuda a fechar as contas no final do mês. Ela destaca que, entre as despesas mais altas, está a mensalidade da

faculdade da filha, de R\$ 1 mil. Também pesam as contas de condomínio e casa de veraneio.

- Incentivo minha filha a construir um futuro profissional sólido. Marido não é emprego - brinca.

Embora presente em todos os níveis sociais, o comando da família nas mãos da mulher é bem mais

Economista defende cotas de emprego para mulheres

comum nas classes mais baixas, segundo a economista Maria Beatriz David, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

- Nesses segmentos existe um número elevado de mães adolescentes e de mulheres abandonadas pelos maridos. Elas são compelidas a aceitarem empregos mesmo com baixos salários, para poderem manter a família - explica.

A pesquisa mostra que, embora mais dedicadas ao estudo, elas continuam longe do nível salarial dos homens. Das ocupadas, 39,1% possuem mais de 11 anos de estu-

do, contra 28,3% deles. A resposta do mercado a esse maior preparo é um salário que corresponde a apenas 58,6% da média masculina. Quase metade das trabalhadoras (49%) ganha um salário mínimo; entre eles, não chega a um terço.

- Essa é uma característica cultural e presente em todos os países. A solução é a discriminação positiva, com criação de cotas para mulheres em cargos de comando de empresas e serviços públicos, mas ressalto que isso deve ser feito com profissionais de qualidade - defende Beatriz.

As famílias compostas por um casal que tem mulher como chefe passaram a representar apenas 4,8% em 2003, contra 11,5% no ano anterior. O patamar atingido é quase o mesmo de 1993, quando equivalia a 4% dos núcleos. A Síntese aponta como possível causa uma maior inserção do homem no mercado de trabalho no período.

Samantha Lima e Julia Ribeiro

Universo feminino



RENDIMENTO MÉDIO

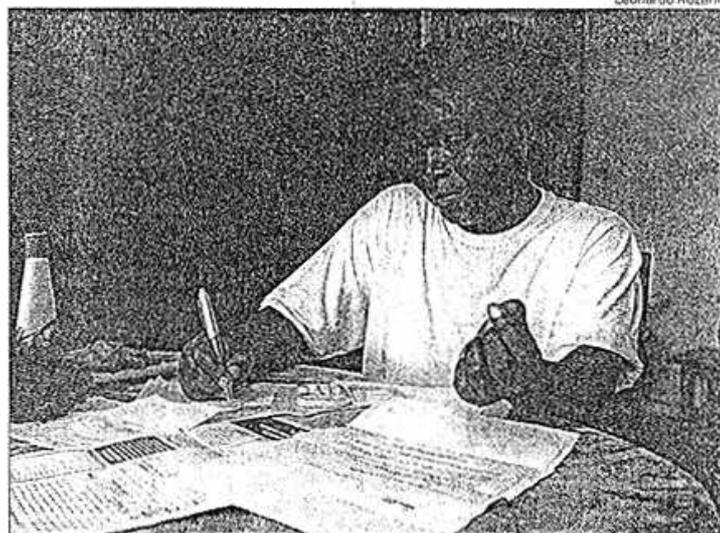
Homens	R\$ 785,80
Mulheres	R\$ 547,00

RENDA MENSAL DA POPULAÇÃO COM MAIS DE 11 ANOS DE ESTUDO

Homens	R\$ 1.492,70
Mulheres	R\$ 874,40

As mulheres estudam mais, mas ganham menos

Fonte: IBGE



A DOMÉSTICA Maria Cristina arca sozinha com despesas de R\$ 700

Cresce morte violenta entre homens

A Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE colheu nos dados do registro civil uma informação preocupante. No quesito mortalidade, chamam a atenção as mortes por causas externas entre homens de 20 a 24 anos. Entre as mulheres, a taxa se manteve constante desde 1980, mas, entre os homens, avançou 50% no período, passando de 121 para 184 mortes por grupo de 100 mil habitantes.

- É preocupante. Desemprego e

violência estão relacionados e refletem necessidade de políticas públicas urgentes - alerta o economista Marcelo Neri, da FGV.

Mas, se a sociedade brasileira ainda convive com problemas e desafios crescentes, a Síntese aponta avanços lentos, mas contínuos. Em dez anos, os brasileiros viram sua expectativa de vida aumentar em 3,6 anos, passando de 67,7 para 71,3 anos. Ainda há um longo caminho até os 80,5 anos que

os japoneses vivem, ou mesmo dos 76,1 anos que dura, em média, a vida dos vizinhos chilenos, mas o país avançou cerca de 10 degraus, indo para a 86ª posição entre 192 países, segundo a Organização das Nações Unidas. A taxa de natalidade no período recuou de 22,6 por mil para 20,9 por mil.

A queda no ritmo de nascimentos permitiu a redução da carga dos inativos sobre a população ativa. Se, em 1993, cada 100 trabalha-

dores mantinham 63,5 pessoas inativas, hoje a mesma força de trabalho provém recursos para 51,1 pessoas. A queda neste momento é importante para amortecer o aumento do número de idosos na sociedade, com a expectativa de vida em alta.

Em dez anos, também caiu a mortalidade infantil, de 4,11% para 2,75% entre os nascidos vivos.

Samantha Lima